

Aidano defende administradores

O advogado Aidano Faria, candidato do PDT à Câmara dos Deputados, disse, ontem, que os funcionários do corpo administrativo do Departamento de Polícia Federal estão passando por uma série de dificuldades em função do baixo nível salarial em que estão enquadrados. Segundo ele, apesar dos inúmeros apelos que os servidores já fizeram ao diretor-geral do órgão, Romeu Tuma, nenhuma das reivindicações apresentadas foram atendidas. "Há uma clara discriminação: os agentes têm privilégios, e os administrativos só deveres", disse o conceituado advogado.

Segundo Aidano Faria, que diz conhecer em profundidade os problemas do corpo administrativo por ter sido, "com muita honra, policial por vários anos", não tem cabimento o que está acontecendo no DPF. Por uma questão de justiça, argumentou, os servidores deveriam receber "gratificação por operações especiais e gratificação de função policial".

Em defesa do corpo administrativo do DPF, o conhecido advogado disse que estes servidores têm características especiais, não comuns aos demais servidores uma vez que são submetidos a "um maior grau de responsabilidade, em razão do manuseio diário de documentos sigilosos, além de desempenhar suas funções próximas às atividades de natureza policial; expondo-se frequentemente a riscos, uma vez que impossível se torna ao público externo distingui-los dos demais funcionários policiais".

O corpo administrativo, acrescentou Aidano Faria, trabalha lado a lado com os policiais, "enquanto têm uma retribuição salarial muito defasada em relação a eles, o que tem afetado a harmonia funcional que deve existir entre os integrantes de um mesmo órgão".

Lembrando que o ex-ministro da Justiça, Fernando Lyra, tinha se mostrado sensível ao problema, submetendo inclusive um anteprojeto de ascensão funcional, ao presidente José Sarney, Aidano Fa-

ria defendeu uma revisão imediata na política salarial adotada pelo Governo em relação a estes servidores.

"Por uma questão de justiça, o governo deve, de imediato, aprovar a criação da carreira de apoio a atividade de policial federal já apresentado. De acordo com este anteprojeto, a instituição da carreira não irá onerar, de uma forma sensível, os cofres da União. Eles são em número de 1.851, representando apenas 17,40% do total dos servidores do DPF e 0,36% do total dos servidores da União", disse Aidano Faria.

Pelos cálculos do candidato, que fez questão de frisar que tomou por base o anteprojeto já apresentado e que se "encontra mofando pelas gavetas do Poder Central", criar a carreira de apoio significaria um acréscimo na folha de pagamento correspondente apenas a 8,774, uma vez que as despesas com os "servidores administrativos do DPF, nas rubricas vencimentos e salários, representam apenas 3,3%".